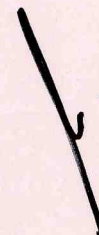
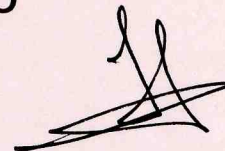




Protocolo de Cooperação



Entre o **Instituto Geográfico Português** – adiante designado por **IGP** – neste acto representado pelo Presidente, General Carlos Manuel Mourato Nunes, e a **Câmara Municipal de Alcobaça** – adiante designada por **CMA** – neste acto representada pelo seu Presidente, Dr. José Gonçalves Sapinho, é acordada a celebração de um Protocolo de Cooperação para a informatização do Cadastro Rústico do Município de Alcobaça.

Cláusula 1ª

Objecto

O presente Protocolo tem por objecto definir a cooperação entre o IGP e a CMA com vista à informatização dos elementos gráficos e alfanuméricos – rasterização e geo-referenciação dos elementos gráficos e digitação dos elementos alfanuméricos - resultantes das operações de cadastro geométrico da propriedade rústica do Município de Alcobaça, estruturados tendo em vista a futura integração desses dados num sistema de informação que facilite as operações de actualização de cadastro e a sua utilização interna pelo Município de Alcobaça.

Cláusula 2ª

Natureza dos Dados

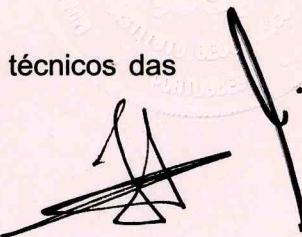
Os elementos gráficos e alfanuméricos, referidos na Cláusula 1ª, não foram objecto de exposição pública para efeitos de reclamação, o que lhes confere um carácter provisório.



Cláusula 3ª

Constituição de Grupo de Trabalho

O IGP e a CMA comprometem-se a criar um grupo de trabalho com técnicos das duas instituições, com vista a dar execução ao presente Protocolo.



Cláusula 4ª

Anexo Técnico

Este Protocolo contém um anexo técnico, que dele faz parte integrante.

Cláusula 5ª

Obrigações do IGP

1. Fornecer à CMA cópias das fichas respectivas de cada prédio.
2. Fornecer à CMA todos os elementos descritos no ponto 4. do *anexo técnico*.
3. Validar os elementos alfanuméricos resultantes da digitação dos elementos provisórios do cadastro rústico do Município de Alcobaça, efectuada pela CMA, conforme as especificações descritas no *anexo técnico*.
4. Fornecer as secções cadastrais em formato raster (tiff), geo-referenciadas no sistema de referência Hayford-Gauss, Datum 73, com origem das coordenadas no ponto central.
5. Emitir uma licença à CMA, para uso exclusivo dos serviços deste Município na prossecução das atribuições e competências que lhes estejam conferidas por lei, dos elementos mencionados na Cláusula 1ª.

Cláusula 6ª

Obrigações da CMA

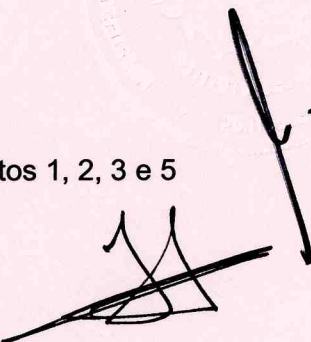
1. Executar a digitação dos elementos alfanuméricos, de carácter provisório, do cadastro geométrico da propriedade rústica do Município de Alcobaça conforme as especificações do *anexo técnico*.
2. Fornecer ao IGP todos os elementos referidos no ponto 5. do *anexo técnico*.



Cláusula 7ª

Gratuidade de dados

A transferência de informação cadastral referida nas Cláusulas 5ª - pontos 1, 2, 3 e 5 e na Cláusula 6ª, entre os outorgantes, efectuar-se-á gratuitamente.



Cláusula 8ª

Encargos

Os encargos relativos aos trabalhos de gabinete necessários à execução dos dados referidos na Cláusula 5ª - ponto 4, no montante de 3750 € (três mil e setecentos e cinquenta euros) serão assegurados pela CMA, a pagar em duas prestações, a primeira representando 60% daquela importância, com a assinatura do presente Protocolo e a 2ª contra a entrega dos elementos referidos na Cláusula 5ª - ponto 4.

Cláusula 9ª

Prazos

1. Os dados referidos na Cláusula 5ª - ponto 1, serão entregues pelo IGP, à CMA, por freguesia.
2. A primeira freguesia, referente aos dados referidos na Cláusula 5ª - ponto 1, será entregue no prazo máximo de dois meses contados a partir da data de assinatura deste Protocolo.
3. Os dados referidos na Cláusula 6ª serão entregues pela CMA ao ritmo de uma freguesia por mês, após o fornecimento pelo IGP dos dados referidos na Cláusula 5ª - ponto 1.
4. Os dados referidos na Cláusula 5ª - ponto 4, serão entregues pelo IGP, no prazo máximo de 4 meses, a contar da data da assinatura do presente Protocolo.
5. O IGP efectua e comunica à CMA a validação prevista na Cláusula 5ª - ponto 3, ao ritmo de uma freguesia por mês.



Cláusula 10ª

Propriedade da Informação

1. A informação gráfica e alfanumérica resultante da informatização referida na Cláusula 1ª é propriedade do IGP.
2. A utilização por parte da CMA da informação gráfica e alfanumérica referida na Cláusula 1ª, destina-se ao uso exclusivo dos serviços desta Câmara Municipal, na prossecução das atribuições e competências que lhes estejam conferidas por lei, não podendo ser cedida a terceiros sem autorização prévia do IGP.

Cláusula 11ª

Vigência

O presente Protocolo tem início na data de assinatura, e vigorará pelo período de três anos.

Cláusula 12ª

Alteração ou Revisão do Protocolo

1. O Protocolo poderá ser objecto de alteração ou revisão em qualquer momento, mediante proposta formulada nesse sentido por qualquer das entidades signatárias.
2. Uma vez aceites e validadas através de assinatura dos representantes legais das entidades signatárias, as propostas de alteração e revisão são aditadas ao Protocolo, dele passando a fazer parte integrante.

Cláusula 13ª

Resolução

1. A qualquer das entidades signatárias é conferido o direito à resolução do Protocolo caso se verifique ter havido da outra parte o incumprimento reiterado de uma ou mais obrigações nele expressas ou dele decorrentes.



2. Para além desta faculdade, tem a mesma entidade direito ao ressarcimento dos encargos por si suportados até à data da resolução, actualizados a essa data.
3. Não serão considerados factores que determinem incumprimento, os que resultem de causas externas à vontade dos signatários.

Cláusula 14ª

Interpretação

1. Em tudo o que o presente Protocolo for omissivo, aplicar-se-á a Lei Geral.
2. As dúvidas suscitadas pela aplicação do Protocolo serão esclarecidas por comum acordo das entidades signatárias, segundo o princípio geral da interpretação mais favorável à prossecução do objecto expresso na Cláusula 1ª.

O presente Protocolo foi lavrado e assinado em dois exemplares de igual valor, em Lisboa, aos 22 de Abril de 2003, sendo distribuído a cada uma das entidades signatárias.

O Presidente do Instituto Geográfico
Português



Carlos Manuel Mourato Nunes, General

O Presidente da CMA



José Gonçalves Sapinho, Dr.